

# **“SALVEMOS AS LAGOAS DE CUFADA”? CONTROVÉRSIAS PÚBLICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA USINA TERMOELÉTRICA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA GUINÉ BISSAU<sup>1</sup>**

**Helcim Danamon Fernando Fernandes<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo suscita um breve debate sobre a problemática ambiental na Guiné-Bissau, colocando em voga a análise do caso da implementação de uma Central Termoelétrica em uma Área de Preservação Ambiental na zona das Lagoas de Cufada. A ênfase recairá sobre as controvérsias em torno da implementação do projeto, que colocou em lados opostos agentes e setores do Estado, comunidades locais e internacionais, revelando diferentes concepções sobre preservação ambiental e desenvolvimento do país. Para tanto, a nossa abordagem se assentou na pesquisa qualitativa através de análise de notícias disponíveis nos sites de agências de comunicação social e artigos científicos ligados ao tema, bem como documentos oficiais nacionais e internacionais que versam sobre políticas ambientais e projetos de sustentabilidade na Guiné Bissau. O trabalho partiu do pressuposto de que o debate ambiental tem permeado as discussões sobre os projetos do desenvolvimento na Guiné-Bissau, e o caso das Lagoas de Cufada é um exemplo deste processo.

**Palavras-chave:** gestão ambiental - Cufada (Guiné-Bissau); política pública; sustentabilidade e meio ambiente - Cufada (Guiné-Bissau).

## **ABSTRACT**

This article raises a brief debate on environmental issues in Guinea-Bissau, focusing on the case of the implementation of a Thermoelectric Power Plant in an Environmental Preservation Area in the Lagoas de Cufada area. Emphasis will be placed on the controversies surrounding the implementation of the project, which placed on opposite sides agents and sectors of the State, local and international communities, revealing different conceptions about environmental preservation and development of the country. To this end, our approach was based on qualitative research through the analysis of news available on the websites of media agencies and scientific articles related to the theme, as well as national and international official documents dealing with environmental policies and sustainability projects in Guinea Bissau. The work started from the assumption that the environmental debate has permeated discussions on development projects in Guinea-Bissau, and the case of Lagoas de Cufada is an example of this process.

**Keywords:** environmental management - Cufada (Guinea-Bissau); public policy; sustainability and environment - Cufada (Guinea-Bissau).

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof. Dr. Rafael Palermo Buti.

<sup>2</sup> Graduada em Humanidades e Licencianda em Ciências Sociais pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas intensificou-se o debate relativo à problemática ambiental e os desafios crescentes a ela derivados. Temas como preservação, justiça e racismo ambiental, sustentabilidade, desenvolvimento, comunidades tradicionais, direitos da natureza e mudanças climáticas têm mobilizado diferentes atores à nível internacional, nacional e local, desde comunidades afetadas, grupos ligados aos movimentos sociais, grandes corporações empresariais e agentes estatais. A problemática ambiental mostra que a busca por soluções a esses desafios engaja diferentes agentes, perspectivas, percepções e interesses.

Entre as iniciativas levada à cabo, a participação das comunidades afetadas, da sociedade civil, movimentos sociais e lideranças notáveis no debate público têm chamado atenção, não somente pelas denúncias às más práticas dos governos, das corporações nacionais e multinacionais e iniciativas privadas nefastas aos ecossistemas, mas pelo engajamento em ações com vista à justiça ambiental e proteção do meio ambiente. Na Guiné-Bissau, os últimos anos foram marcados por fortes críticas das Organizações Governamentais Internacionais, Organizações Não Governamentais e outras entidades implicadas ao tema, denunciando, sobretudo, a má gestão das autoridades governamentais sobre as políticas ambientais, em especial sobre as zonas classificadas como Áreas de Preservação Ambiental (DANSÓ, 2022; CASSAMÁ, 2023).

Neste artigo propõe-se uma análise sobre a implementação de uma Usina Termoelétrica em uma Área de Preservação Ambiental na região de Quinará, no sul da Guiné Bissau. Idealizada no ano de 2007 pelo governo guineense em parceria com o Banco Central da Índia, o projeto de construção da Central Termoelétrica passou a ser executado no ano de 2016 dentro do Parque Natural das Lagoas de Cufada (PNLC). Nosso foco recairá sobre as controversas públicas entornos da elaboração e execução do projeto, que colocou em lados opostos não somente agentes e setores do Estado e comunidades locais e internacionais, mas diferentes projetos e concepções sobre preservação ambiental e desenvolvimento do país. O texto está baseado em notícias de jornal online e pesquisa documental e bibliográfica ligadas à questão.

Destarte, além desta introdução, na segunda seção contextualizamos a criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada no âmbito da política ambiental da Guiné Bissau. Na terceira seção apresenta as controvérsias públicas sobre a instalação da Central Termelétrica no interior do Parque, com ênfase nos noticiários online. Na quarta seção busca localizar o problema à luz dos impasses estruturais ligados às políticas de gestão ambiental sobre territórios e práticas

tradicionais. O trabalho conclui com as impressões e sugestões da autora sobre o tema pesquisado.

## **2 O PARQUE NATURAL DAS LAGOAS DE CUFADA (PNLC)**

A Guiné-Bissau está localizada na Costa Ocidental da África, fazendo fronteira com a República do Senegal, ao Norte, com a República da Guiné-Conakry, ao Leste e Sul e a oeste com oceano Atlântico. Tendo uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>, o país conta com um clima úmido que possibilita a existência de ecossistemas ricos, permeados por densas florestas nativas, lagos de águas doces e diversidade das espécies animais e vegetais terrestres e marinhas.

De acordo com Júnior:

Guiné-Bissau é considerada como um dos países mais ricos em termos da biodiversidade ao nível da África Ocidental e com uma costa marinha beneficiária do fenómeno de ressurgência, carregando muitos nutrientes utilizáveis para alimentação das espécies pesqueiras (JUNIOR, 2018, p. 3).

Neste sentido, em parceria com organizações internacionais, por meio de instrumentos jurídicos, o Estado da Guiné Bissau tem fomentado políticas ambientais através da delimitação e instituição das áreas protegidas do país. Segundo os dados do Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegida (IBAP), as áreas protegidas na Guiné-Bissau cobrem hoje uma superfície total de cerca de 470.000 hectares, ou seja, 15% do total da delimitação geográfica do país, o que inclui áreas florestais e marinhas (IBAP, 2008).

Embora a delimitação dos espaços considerados áreas protegidas emergiu somente na primeira década deste milênio, o debate sobre a necessidade da distinção da parte do território nacional como zona ambiental a ser protegida começou nos anos 1980. Em 1989, em conjunto com a União Europeia, houve a primeira tentativa da instituição de um Plano Estratégico Nacional no qual deveria constar, entre outras, ações de sensibilizações às comunidades tradicionais que se localizam nas regiões identificadas.

O Parque Natural das Lagoas de Cufada foi criada logo na virada do milênio, concretamente no ano 2000, legalmente instituído pelo Decreto Lei nº 13/2000, publicado no Boletim Oficial nº 49, da República da Guiné-Bissau. O referido Decreto oficializa, igualmente, a regularização de outras zonas protegidas no país, como o Parque de Cacheu (situado na região norte do país) e o Parque Natural de Orango (situado nos Arquipélago dos Bijagós)

(CATARINO, 2019). Este projeto de conservação regional do PNLC teve apoio de Portugal através do Instituto para a Conservação da Natureza (ICN) (CATARINO, 2019).<sup>3</sup>

**Figura 1** - Lagoa de Cufada



Fonte: IBAP<sup>4</sup>.

O Parque localiza-se na região de Quinara, sul do país, com uma superfície de aproximadamente 720 Km<sup>2</sup>, constituído pelas Lagoas de Cufada, Bedasse e Bionra. Trata-se de uma Área Protegida com população residente, o que implica gestão sustentável e participativa nas políticas de proteção. Calcula-se em torno de mais de 3.500 habitantes, pertencentes aos diferentes grupos étnicos, que são a Biafada considerado maioria, Balatas que vem na segunda posição, Fulas e Manjaca, cada etnia tem sua cultura e costume diferente da outra, até na forma de utilização da natureza. (CANTARINO, 2019). O Parque abrange considerável área úmida e de extrema importância para a estratégia ambiental do país, por isso está incluída na lista das zonas preservadas no âmbito da Convenção Ramsar (SCOTT & PINEAU, 1990). Esta Convenção é um tratado intergovernamental realizado na cidade iraniana de Ramsar, em fevereiro de 1971, cujo objetivo foi promover a cooperação entre países na conservação, preservação e no uso racional das áreas úmidas no mundo.

A Lagoa de Cufada é a maior reserva de água doce permanente na Guiné-Bissau (IBAP, 2008), sendo uma característica singular em todo o continente africano, conforme assevera Araújo (1994). Esta particularidade proporciona ao local e ao país uma rica diversidade

---

<sup>3</sup> O plano de gestão do PNLC do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP, 2008) revela que a proposta da criação oficial do parque em 1995 culminou com a assinatura do protocolo entre Guiné-Bissau, União Europeia e Portugal, responsável pela coordenação e execução técnica, assim como escolha da equipe técnica, incluindo os cargos de coordenação nacional e direção.

<sup>4</sup> A foto está na página oficial do IBAP.

ecossistêmica, principalmente pela notável atração migratória de diversas espécies de aves aquáticas (pelicano-branco, colhereiro-africano, pato-ferrão) e vertebrados (hipopótamo, gazela-de-lala, gibóia e crocodilo).

Embora seja recorrente a interpretação de que criação do PNLC seja fruto das agendas ambientalistas forjadas na arena internacional da segunda metade do século XX, o debate relativo à proteção dessa região já havia sido levantado antes mesmo da proclamação da independência da Guiné-Bissau no ano de 1973, aponta Catarino (2019), para quem autores como Frade (1946) e Ferreira (1946) foram as primeiras referências que se têm sobre a importância da Cufada para o ecossistema da região e do país em geral.

### 3 USINA TERMOELÉTRICA: BENEFÍCIOS SOCIAIS VS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os próximos subtópicos apresentam os argumentos em prol e contrários sobre a implementação do projeto da Central Termoelétrica no Parque Natural das Lagoas de Cufada. A ênfase recairá sobre os noticiários que acompanharam o processo, além de produção bibliográfica.

#### 3.1 OS EMBATES DA CENTRAL

Em 25 de janeiro de 2017, veio a público uma carta/denúncia assinada pelas organizações guineenses Tiniguena<sup>5</sup> e Liga Guineense de Direitos Humanos<sup>6</sup>. Intitulada “*Carta aberta às Autoridades Nacionais competentes, aos Parceiros de Desenvolvimento da Guiné-Bissau e à Comunidade Internacional sobre um projeto que ameaça o Parque Natural das Lagoas de Cufada*”, o documento informava o projeto de implementação de uma Central Termoelétrica de 10 MW “visando alegadamente o fornecimento de energia elétrica às cidades e às povoações vizinhas de Buba e Fulacunda [...] podendo vir-se a estender-se a outras”. A data deste documento coincide com a criação de um perfil na página da rede social do Facebook chamado “Salvemos as Lagoas de Cufada”.<sup>7</sup> Criado em 27 de janeiro daquele mesmo ano, a Carta foi a primeira de outras ações engajadas por este grupo no sentido de sensibilizar a opinião

<sup>5</sup> Fundada no ano de 1991, a Tiniguena é uma organização não governamental que “luta pela proteção da biodiversidade, promoção da consciência ambiental e construção de modelos duráveis de bem-estar social”, conforme sua página oficial <https://tiniguena-etn.org/>.

<sup>6</sup> Igualmente fundada no ano de 1991, a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) é uma “organização não governamental de defesa, proteção dos direitos e liberdades da pessoa humana, de acordo com sua página oficial <http://www.lgdh.org/>.

<sup>7</sup> <https://www.facebook.com/people/Salvemos-As-Lagoas-De-Cufada/100069833389035/>

pública local e internacional em relação ao projeto da Central Termoelétrica em uma Área Protegida.<sup>8</sup>

Na referida carta, o sociólogo e ativista ambiental Miguel de Barros (Diretor Executivo da Tiniguena) e Augusto Mário da Silva (Presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos) informavam que a central Termoelétrica foi um projeto assinado ainda no ano de “2007 através de um acordo de crédito entre o Banco Central da Índia e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné Bissau”. Ambas as organizações baseavam sua denúncia a partir de cinco argumentos centrais: a existência de experiências anteriores parecidas e malsucedidas no próprio Parque (sobretudo em relação aos impactos ambientais por desmatamento); a violação das leis guineenses e compromissos internacionais assumidos (incluindo a própria controvérsia da implementação de uma Central Termoelétrica movida à gasóleo em uma Área Protegida); a falta de transparência na execução do projeto (que não passou por debate público e não cumpria a lei); a existência de alternativas viáveis para resolver o problema energético do país (sobretudo à base de centrais de energia solar através da instalação de unidades descentralizadas e geridas pela própria população residente, à exemplo de outras experiências bem sucedidas no país); e os sérios riscos do projeto para o meio ambiente e para as populações locais (sobretudo em relação ao acesso à água potável e ao desmatamento, incluindo impactos à biodiversidade).

Por isso, a carta reiterava que:

O projeto de construção e instalação de central elétrica dentro do parque deve[ria] ser parado imediatamente e a central [...] desalojada para uma outra localidade e reconvertida para outras formas de fornecimento de energia mais limpa e com menos riscos em termos ambientais e para a saúde humana!

**Figura 2** - Imagem principal da Campanha Salvemos as Lagoas de Cufada no perfil do Facebook



Fonte: <https://www.facebook.com/people/Salvemos-As-Lagoas-De-Cufada/100069833389035/>

<sup>8</sup> O referido perfil teve postagens apenas no ano de 2017.

Menos de um mês após o lançamento da carta, em 20 de fevereiro daquele mesmo ano, a Agência de Notícias da Guiné trazia uma reportagem com o seguinte título: “*Ordem do Presidente da República para parar obras da central Eléctrica ainda sem efeito*” (ANG, 2017c). O noticiário informava que as ordens para a paralização do projeto dadas pelo então presidente José Mario Vaz não estaria sendo cumpridas porque parte da população residente não concordava. De acordo com Alfredo da Silva, Diretor do IBAP que visitou o local junto a outros servidores, a população de Buba teria sido instrumentalizada “por alguém” a ser contrária a paralização da obra, o que ocasionou, inclusive, a destruição de viaturas quando da visita da equipe ao local.

A mesma reportagem recupera a fala de Miguel de Barros, secretário-executivo da Associação Tiniguena. Segundo a fala de Miguel reproduzida pela reportagem, “a população foi levada a acreditar que nós queremos que a central seja agora instalada em Bafatá, no Leste, em detrimento da população da zona sul, o que é falso”. Vimos que, tão logo a denúncia foi divulgada, imediatamente o presidente da República suspendeu a obra, em clara indicação de descumprimento das questões legais para sua implementação. No entanto, a paralização do projeto evidenciou uma controvérsia no debate público que opunha “ambientalistas” às “populações residentes”.

No contexto desta controvérsia pública é que Nando Sambú, vinculado à Universidade Lusófona da Guiné Bissau, publicou o artigo *Análise das percepções socioeconómicas e ambientais da central termoelétrica de Buba* (2021), fruto de um trabalho preliminar realizado a partir de pesquisa de campo entre os meses de março e abril de 2018, época em que “a instalação da central termoelétrica já se encontrava em fase final e os trabalhos de distribuição da rede elétrica já estavam avançados” (SAMBÚ, 2021: 111). Investigando habitantes de Buba e duas tabancas do Parque, Sambú traz conclusões interessantes que apontam tanto para a ausência da participação popular no projeto de implementação da Central e consequente desinformação em relação ao mesmo, quanto de concordância da mesma população para com a obra à despeito dos impactos imediatos vividos.

Segundo Sambú, dos 73 entrevistados, 95% não sabiam o nome da empresa responsável pela execução da obra, e 68% não se lembravam da data do início dos trabalhos de construção da Central. E embora 82% informassem que concordavam com a implementação do projeto e 89% afirmassem que a central estava em boa localização, nenhum dos entrevistados “sabia como a central iria gerar energia e ninguém participou em reuniões com a empresa executora do projeto” (SAMBÚ, 2021: 113). Mesmo sem se reunir com a empresa e sem saber como será gerada a energia, 73% dos entrevistados afirmaram que a “termoelétrica não acarretará

consequências negativas para o ambiente”, tampouco trará consequência econômicas negativas (84%), mesmo diante do fato de pomares de caju (uma dentre as principais fontes de renda local) terem sido desmatados, sem indenização aos seus donos, para o início das obras (Ibidem).

Sambú conclui haver carência de informação sobre o projeto entre os próprios beneficiários, uma vez que as pessoas entrevistadas não participaram dos espaços de decisão, divulgação e planejamento da obra. Segundo o autor, “este fato exemplifica que o Estado exerceu seu poder sem que o povo fosse devidamente esclarecido” (Idem: 115). E conclui, “a luz elétrica é um bem importante, vai beneficiar a população, mas a população tem que ser informada detalhadamente sobre o projeto e as suas opiniões devem ser levadas em conta” (Ibidem). A aceitação ao projeto “pode relacionar-se com a falta de conhecimento sobre os impactos negativos que uma central termoeletrica pode causar ou com outras razões que necessitam estudo mais aprofundado” (SAMBÚ, 2021: 116).

### 3.2 DEPOIS DE MUITOS ANOS DE ESCURIDÃO

A publicitação dessa controvérsia já havia vindo à tona alguns dias antes da carta pública assinada pelo Tiniguena e pela Liga Guineense dos Direitos Humanos. A mesma Agência de Notícias da Guiné (AGN) publicou, em 18 de janeiro daquele ano, um artigo intitulado *Citadinos e ambientalistas de costas voltadas devido à construção da Central Elétrica na Área Protegida* (AGN, 2017a). O texto informava o desentendimento entre “populares da cidade de Buba, sul da Guiné-Bissau, e as organizações da defesa do ambiente, nomeadamente o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP)”. Tratava-se, portanto, de um atrito entre possíveis beneficiários de uma central de produção de energia em área de preservação ambiental com setores do próprio Estado Guineense ligados à política ambiental.

Na ocasião desta reportagem, o repórter da AGN “constatou no local que a população de Buba está entusiasmada ao saber que vai beneficiar de uma central elétrica depois de muitos anos de escuridão” (AGN, 2017a). Ao demarcar o atrito entre cidadãos (em prol da Central) e ambientalistas (em prol do Parque), o noticiário traz também outras oposições vinculadas, como a possibilidade de novos empregos ofertados pela Central em detrimento da falta de emprego caracterizada pelo Parque. Segundo o repórter, o movimento contrário à Central organizado pelo IBAP gerou revolta entre os moradores de Buba.

Na ocasião da reportagem, um dos entrevistados representantes dos jovens afirmou que os jovens precisam do emprego, insinuando que o IBAP estaria contra a criação de empregos para os jovens, ao contrário da Central, que já está empregando “mais de 200 pessoas”. Segundo



ele, “as justificações dos ambientalistas em relação aos danos na natureza não correspondem a verdade porque a desmatamento vai acontecer nas bermas das estradas que só tem cajueiros” (AGN, 2017a).

Outro entrevistado a favor da Central, representante da comunidade de anciãos da região de Quinara e Tombali, considera a Central como uma “providência divina”, razão pela qual o projeto deve “seguir em frente”. Questionou, na ocasião, o porquê de não ter havido protesto logo nos primeiros momentos do início da obra. Na mesma reportagem, o Director do Parque Nacional das Lagoas da Cufada, Joãozinho Mané, negava as acusações segundo a qual o IBAP não reagiu no início da construção da Central. Segundo reprodução de sua fala no noticiário:

Em Novembro de 2014 quando ouvimos os primeiros rumores sobre isso reagimos junto ao Comité de Estado do sector de Buba, mostrando a incompatibilidade de ter uma central dentro do parque sendo o nosso país assinante da várias Convenções sobre a Conservação e Protecção da Natureza (AGN, 2017a).

De acordo com a reportagem, “o tempo é que vai dar razão a quem a tem por ser o maior juiz”, uma vez que “foi feito um trabalho errado, mas os responsáveis por esse erro não querem que sejam responsabilizados”. E conclui Mané:

Porquê que as pessoas não sabem que a zona de influência de uma máquina é duas vezes maior do que a zona de instalação física causando grandes perturbações em termos ecológicos em relação a Lagoa de Cufada. Estamos a falar da maior bacia de água doce na costa ocidental de África e o único que reforça lençol freático em toda a região de Quinara por isso deve ser conservado” (Idem).

Na mesma data, o mesmo periódico veiculava o posicionamento do então Ministro da Energia e Indústria, Florentino Pereira (AGN, 2017b). Sob o título *Ministro da Energia garante continuidade da construção da central elétrica no local*, o noticiário informava uma fala de Florentino aos jornalistas após visita à localidade, afirmando estar “perante um facto consumado” (Idem). Salientou que visitou o lugar “com a preocupação de tentar minimizar os impactos ambientais”, e questionou “se é que existem de facto”, frisando “que não corresponde à verdade o impacto negativo que os ambientalistas dizem ter provocado pela construção da Central sobre o lençol freático” (Idem). O jornal informava, portanto, que não correspondia à verdade as reivindicações não somente dos ambientalistas, mas dos próprios setores do Estado guineense ligados às políticas ambientais.

A mesma reportagem trazia também a posição do Inspetor Geral do Ministério do Ambiente, Guilherme Costa. Este, segundo a reportagem, salientou que no decorrer do processo os ambientalistas sugeriram duas opções: a mudança do Central para outra região, ou a

construção de uma central fotovoltaica de energia limpa e sustentável. De acordo com o Inspetor, segundo as leis ambientais “não é admissível [...] a implementação de nenhuma infraestrutura desse tipo no interior de uma área protegida, a não ser que essa implantação fosse feita à margem da lei”, e conclui: “qualquer empreendimento que se faça, primeiro deve-se fazer um estudo do impacto ambiental e social, o que não foi o caso. Apesar dos investimentos já feitos as obras de construção da central elétrica pode mudar para um local fora do Parque” (AGN, 2017b).

Em 13 de fevereiro daquele ano, o noticiário de veiculação internacional Land Portal trazia um artigo sobre as ameaças de uma Central Termoelétrica em um Parque Natural guineense (LAND PORTAL, 2017). Sob o título *Parque natural guineense é ameaçado por central termoelétrica (Guiné)*, o noticiário informava que guineenses radicados em Portugal exigiam “fim das obras que colocam em risco biodiversidade das Lagoas de Cufada”, situadas no sul da Guiné Bissau. O noticiário repetia o posicionamento do então Ministro da Energia, Florentino Pereira, que “garantiu que a construção da Central é para avançar, mesmo não tendo sido feitos estudos de impacto ambiental” (Idem). Ou seja, mesmo assumindo a ausência dos estudos, o Ministro teria afirmado que “o lençol freático não será afetado e que não houve grande desmatamento”. Ponderou, também, que “se as obras que vão garantir fornecimento de energia pararem, os custos serão incalculáveis” (Idem).

Não custa lembrar que uma semana depois da publicação desta notícia, em 20 de fevereiro, a Agência de Notícias da Guiné informava sobre as ordens (não cumpridas) do próprio Presidente do país para a paralisação das obras da Central. A controvérsia entorno da obra não opunha somente ambientalistas às populações residentes e um discurso desenvolvimentista (baseado no emprego) ao discurso preservacionista (baseado na natureza), mas ministérios do alto escalão do Estado guineense: de um lado o Ministério do Ambiente, do outro o Ministério da Energia e da Indústria.

Foi em um evento alusivo ao dia mundial das aves migratórias, em 12 de maio de 2017, que Mário Dias Sami, presidente da Comissão Especializada da Assembleia Nacional Popular para o Ambiente, buscou explicar os bastidores dessa contenda. Conforme publicação do blog Conosaba do Porto<sup>9</sup>, para Mário, a divergência em torno da construção da Central “no coração” do Parque “não tem a ver com o desenvolvimento do país, mas sim com lutas intestinas no seio do seu partido porque todos são do mesmo partido” (CONOSABA DO PORTO, 2017). Em alusão ao ambiente hostil criado em torno dos ambientalistas na região de Buba que iriam

---

<sup>9</sup> <https://conosaba.blogspot.com/2017/05/mario-dias-sami-considera-que.html?m=1>

cumprir ordens do presidente da República, o então presidente da Comissão teria dito que foram lançadas “mensagens incendiárias junto das populações daquela localidade contra o IBAP”.

### 3.3 ILUMINAR UM PAÍS

A problemática da Termoelétrica em uma Área Protegida da Guiné-Bissau pode ser mais bem analisada a partir do que o Estado busca para o país no âmbito da geração de energia. Segundo artigo publicado na homepage das Nações Unidas, Guiné-Bissau visa transformar o seu setor de energia até o ano de 2030. Os projetos, com um custo estimado de US\$ 700 milhões, devem diminuir a dependência externa do país e promover energias renováveis (ONU NEWS, 2018).

Salienta-se que esta foi a mensagem central proferida pela Conferência Internacional sobre Energia Sustentável da Guiné-Bissau, que reuniu 12 de dezembro de 2018 em Bissau, cerca de 150 participantes das instituições públicas, setores privados, ONGs e universidades (ONU NEWS, 2018). De acordo com os organizadores desta conferência, o país está voltado para efetuar diversas iniciativas que possibilitem identificá-lo como um mercado de oportunidades para o investimento em energia sustentável, com previsão de alcance de metas para 2030 (REVISTA O INSTALADOR, 2018).

O que se busca é mudar uma realidade que está presente na vida dos guineenses, que é a falta constante de energia elétrica e, consequentemente, de água. Conforme conferência à imprensa dada no ano de 2013 por Papai Danfá, Diretor da empresa de Eletricidade e Água da Guiné-Bissau (EAGB), “a ausência de eletricidade e água na Guiné-Bissau parece não ter um fim à vista”, e que “não têm em mãos uma solução imediata para o problema, já que tecnicamente a empresa está falida (RFI, 2013).

Segundo a mensagem de Papai Danfá veiculada no grupo noticiário RFI em 31 de julho de 2013, “o elevado preço do petróleo no mercado internacional e atendendo ao poder de compra dos guineenses será sempre difícil que a empresa consiga rentabilizar-se, pelo menos enquanto o país não tiver fontes de energia alternativas” (RFI, 2013). A falência da empresa se daria, também, porque os próprios contribuintes não conseguem arcar com as contas. O Diretor reforçava, portanto, a necessidade de outras matrizes de produção de energia não dependentes da queima de combustíveis fósseis para que se possa aumentar “os poucos pontos de luz que existem durante a noite em Bissau” (Idem).

Em contrapartida, a remediação da realidade existente no que tange à carência de energia se volta às Termoelétricas, responsáveis por produzir eletricidade através da conversão de

energia térmica em energia elétrica, geralmente mediante processo da queima de carvão ou combustíveis fósseis. Esse material, queimado, aquece um reservatório com água, que produz vapor com uma pressão muito alta. O vapor move as pás da turbina, acionando o gerador. Após esse processo, a energia é conduzida até um transformador para que possa ser distribuída aos consumidores. Ao mesmo tempo, a água é arrefecida por um condensador e redirecionada para os tubos de caldeira para que o processo seja repetido (GOLD ENERGY, 2023).

Sobre termoeletricas na Guiné Bissau, não encontramos material informativo sobre a sua abrangência no país e seus processos de produção de energia. Sequer localizamos informações operacionais sobre a Termoeletrica de Cufada. Apenas que se trata de um investimento do grupo indiano SEFTECH INDIA<sup>10</sup> no montante de 20 milhões de euros (AGN, 2017b). Esta ausência de informações públicas sobre a Termoeletrica é apenas um indício do que Miguel de Barros classifica como “investimento” com “interesses obscuros que não traz vantagens para a população” (DW, 2017). De acordo com a fala de Miguel reportada pelo noticiário DW em 13 de fevereiro de 2017:

Como é que uma central a gásóleo para um país que não é produtor de petróleo tem capacidade de fornecer energia, independentemente do tipo de impacto – emissão de gases, do barulho e do impacto no lençol freático? Qual é a capacidade de compra de energia que as populações têm em relação ao preço e nível de investimento feito ao repor a oferta que depois vão fazer? (DW, 2017).

Esta mesma reportagem informa que a construção da Central prevê o desmatamento de “mais de 9 hectares de terra”, e que “especialistas advertem que a intervenção humana pode contaminar a água e o solo e afetar a rica biodiversidade da região” (Idem). Questionando o obscurantismo do projeto, explica Miguel de Barros que:

Era necessária transparência em termos do que é o investimento em si e como obedece, por exemplo, o código de investimento público, a lei da terra, a lei de avaliação de impacto ambiental e o decreto da criação de área protegida, que salvaguarda a não concessão de terras no interior do Parque de Lagoas de Cufada (Idem).

Movimentos de proteção ambiental como a Tiniguena não querem que pessoas “vivam no escuro”. Ao contrário, querem que o Estado cumpra suas obrigações respeitando os direitos da população sem desconsiderar as políticas ambientais, sob o risco de futuramente não haver sequer “população” e “ambiente”. Uma reportagem disponibilizada na comunidade do Facebook “Salvemos as Lagoas de Cufada” em 12 de fevereiro de 2017 nos fornece caminhos

---

<sup>10</sup> A página oficial do grupo SEFTECH INDIA é <http://www.seftech.in/>

para esta questão<sup>11</sup>. Publicada no periódico português Diário de Notícias e intitulada *Proteger a Cufada, iluminar um país*, o artigo traz duas perguntas de Miguel de Barros: “De onde viriam as receitas da Central? Quem pagará o crédito indiano?” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2017). A estas somam outras questões de David Afonso, coordenador de projetos de energia renovável em Guiné Bissau: “Quem faria a gestão? Com que critérios? Ou o Ministério da Energia através das delegações regionais?” (Idem).

Não é sobre apenas a questão ambiental e os direitos da população que “ambientalistas” questionam o projeto, mas sobre combate à corrupção e às arbitrariedades do Estado. É sobre alternativas para fazer Cufada iluminar o país. Se as pessoas vivem em boa parte dos parques naturais da Guiné Bissau, “elas não podem ser impedidas de aceder a serviços básicos, e há também que proteger fauna e flora”, argumenta a jornalista Vanessa Rato, que assina o texto. E complementa com uma fala de David Afonso: “devem ser pensadas soluções adaptadas”. Uma destas está há 100 quilômetros de Cufada, a Central Fotovoltaica de Bambadinca, “solução de energia limpa testada e quase consensualmente apontada” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2017).

#### 4 IMPASSES ANTIGOS

Desde sua implementação, o Parque Nacional das Lagoas de Cufada enfrenta ameaças e desafios constantes, e de certo modo comuns a outras áreas protegidas na Guiné Bissau e no mundo. De acordo com Luís Cantarino (2019), estes desafios se dão não somente pelos interesses vinculados aos projetos de desenvolvimento nacional baseados em grandes projetos de infraestrutura e extrativismo, mas pela comum incompatibilidade entre as políticas estatais de conservação da natureza em regiões ecologicamente sensíveis e as relações centenárias das populações que nela habitam.

Informa este mesmo autor que após a criação do Parque, no ano de 2000, as autoridades guineenses e os parceiros trabalharam para o fomento de projetos de sensibilização aos residentes das regiões abrangidas. Tal empreitada se fez necessário, visto que, da perspectiva da gestão ambiental, algumas práticas locais ligadas à extração de produtos lenhosos para a construção, combustível e artefatos precisariam ser discutidas para buscar alternativas de

---

<sup>11</sup> O artigo está indisponível para não assinantes do periódico Diário de Notícias. A reportagem pode ser acessada nesse link do perfil do Facebook *Salvemos as Lagoas de Cufada*: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1545305565479899&set=a.1528441683832954>

estancamento à suposta degradação decorrente das mesmas, sem deixar de lado as demandas daqueles que dependem dessas atividades para sustento (CANTARINO, 2019).

Não obstante os notáveis trabalhos de sensibilização, a população em torno do Parque sempre se demonstrou relutante às políticas de conservação impostas pelas autoridades, mantendo, mesmo que de forma clandestina, atividades que vão contra os preceitos conservacionistas estabelecidos pelo decreto de criação do Parque. Diante do contexto apresentado, o IBAP possui dificuldade de impor regras para as comunidades que residem nessas áreas, no sentido de validar o fato de que a conservação dessa natureza seja um vetor relevante a se levar em conta na legitimação dos atores externos e suas intervenções no Parque (CATARINO, 2019). No interior da Área Protegida há também relações estabelecidas entre as populações residentes e os denominados “donos do chão”, autoridades tradicionais geralmente associadas aos anciões, o que impõe ainda mais desafios às políticas de gestão ambiental.

Estes obstáculos se agravam em razão de instabilidades ligadas ao quadro político, econômico e institucional do país, à própria descrença no Estado como entidade de poder (pois também vinculado à cooptações de conjuntura), somado ao aspecto deficiente atribuído ao funcionamento do sistema judiciário, de modo que permita que tanto a legislação quanto os regulamentos que se encontram em vigência, em muitos casos, não venham a ser respeitados. É sobre esse prisma que precisamos, também, compreender a complexidade das questões em torno da implementação de uma Termoelétrica em Cufada. É importante levar em consideração que o cenário entorno do Parque envolve fatores múltiplos que merecem atenção especial, até por se tratar de uma população vulnerável em diversas áreas que, se de um lado não precisa estar presente em uma reunião com empresários do setor energético para aprovar e crer no projeto da Central, por outro parecem se mostrar alheios às demandas do Parque.

Supomos que as negativas ao Parque na contenda com a Central seja também resultado de um histórico de relações das populações residentes com o Estado. Ainda que grupos e personalidades ambientalistas argumentem com razão em desfavor da Central, o histórico de relações das populações residentes com as políticas ambientais pode contribuir para que as vozes daquelas não sejam ouvidas, incluindo, também, a possibilidade de construir alternativas conjuntas, como, por exemplo, as centrais fotovoltaicas propostas na Carta Denúncia. Pesa, também, o fato de a mão do Estado, nesse contexto, presar pela continuidade de uma política energética degradante mediante relações obscuras, ilegais e arbitrárias.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dias atuais o debate sobre impactos ambientais tem permeado os processos de implementação dos inúmeros projetos de desenvolvimento. Isso torna-se ainda mais premente no contexto da Guiné-Bissau, pela sua natureza e importância ambiental no cenário internacional. Além de Lagoa de Cufada, nosso caso em tela, outros eventos similares têm surgido nos últimos tempos, como é o caso da lagoa de N'Batonha em Bissau, que emergiu como um dos mais problemáticos.

Pelo exposto, vê-se a necessidade da introdução de uma disciplina voltada à educação ambiental no sistema educativo da Guiné-Bissau, como forma de não somente estimular a sociedade no debate sobre a relevância do proteger e cuidar do meio ambiente, mas dos impactos ambientais derivados de projetos não sustentáveis. Por fim, os ambientalistas do IBAP, ONGs e ativistas ambientais na Guiné-Bissau devem continuar a promover debates e conscientização aos residentes dos arredores das zonas definidas como áreas de proteção ambiental no país, servindo como mecanismo de contenção aos potenciais desentendimentos gerados pela temática.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA GUINÉ-BISSAU, 2017a. **Citadinos e ambientalistas de costas voltadas devido a construção da Central Elétrica na área protegida.** Bissau, 18/01/2017. Disponível em: [http://angnoticias.blogspot.com/2017/01/buba\\_18.html](http://angnoticias.blogspot.com/2017/01/buba_18.html). Acesso em: 21/06/2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA GUINÉ-BISSAU, 2017b. **Ministro da Energia garante continuidade da construção da central elétrica local.** Bissau, 18/02/2017. Disponível em: [ANG: Buba \(angnoticias.blogspot.com\)](http://angnoticias.blogspot.com). Acesso em: 21/06/2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA GUINÉ-BISSAU, 2017c. **Ordem do Presidente da República para parar obras da central elétrica ainda sem efeito.** Bissau, 20/02/2017. Disponível em: [ANG: Lagoa de Cufada \(angnoticias.blogspot.com\)](http://angnoticias.blogspot.com). Acesso em: 21/06/2023.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAÚJO, A. 1994. **A importância ornitológica da região da Cufada na Guiné-Bissau.** Série de Biologia e Conservação da Natureza. Instituto da Conservação da Natureza (ICN). BRASIL. **A Convenção de Ramsar.** Ministério do Meio Ambiente. 2022.

CARLOS, João. **Parque natural guineense é ameaçado por central termoelétrica.** 11/02/2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/parque-natural-guineense-%C3%A9-amea%C3%A7ado-por-central-termoel%C3%A9trica/a-37511954>. Acesso em 11/07/2023.

CASSAMÁ, Lassana. **Sociedade Civil denuncia “crime ambiental” na Lagoa de N’Batonha em Bissau.** VOA. 02/01/2023. Disponível em: [Sociedade Civil denuncia “crime ambiental” na Lagoa de N’Batonha em Bissau \(voaportugues.com\)](https://voaportugues.com/sociedade-civil-denuncia-crime-ambiental-na-lagoa-de-n-batonha-em-bissau). Acesso: 22/06/2023.

CATARINO, Luís. **Parque Natural das Lagoas de Cufada, Guiné-Bissau.** Desafios, Ameaças e Perspectivas. Revista Internacional em Língua Portuguesa, n. 35, p. 17-30, 2019.

COSONABA DO PORTO, 2017. **Mário Dias Sami considera que construção de central elétrica na lagoa de Cufada tem a ver com interesse pessoas.** Porto, 12/05/2017. Disponível em: <https://conosaba.blogspot.com/2017/05/mario-dias-sami-considera-que.html?m=1>. Acesso em: 21/06/2023.

DANSÓ, Incuba. **Ong denuncia operação de desmantelamento de barcos.** DW. 31/03/2022. Disponível em: [Bissau: ONG denuncia operação de desmantelamento de barcos – DW – 31/03/2022](https://www.dw.com/pt-002/bissau-ong-denuncia-operacao-de-desmantelamento-de-barcos-%C3%A9-uma-amea%C3%A7a-ao-meio-ambiente/a-618441683832954). Acesso: 22/06/2023.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 2017. **Proteger a Cufada, iluminar um país.** Disponível em <https://www.facebook.com/photo?fbid=1545305565479899&set=a.1528441683832954>. Acesso em: 21/06/2023.

DW. 2017. **Parque natural guineense é ameaçado por central elétrica.** Lisboa, 11/02/2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/parque-natural-guineense-%C3%A9-amea%C3%A7ado-por-central-termoel%C3%A9trica/a-37511954>. Acesso em: 21/06/2023.

GUINÉ-BISSAU. **Decreto n.º 13/2000, de 4 de dezembro.** 2000. Suplemento ao Boletim Oficial n.º 49. GOLDENERGY, GLOSSÁRIO. **Central termoelétrica,** 2023. Disponível em: <https://goldenergy.pt/glossario/central-termoeletrica/> Acesso em: 10/07/2023.

GOLDENERGY, GLOSSÁRIO. **Central termoelétrica,** 2023. Disponível em: <https://goldenergy.pt/glossario/central-termoeletrica/> Acesso em: 10/07/2023.

IBAP. **A estratégia do IBAP (2014-2020).** 2014.

LAND PORTAL, 2017. **Parque natural guineense é ameaçado por central termoelétrica (Guiné).** Países Baixos, 13/02/2017. Disponível em: [Parque natural guineense é ameaçado por central termoelétrica \(Guiné\) | Land Portal](https://landportal.org/pt/parque-natural-guineense-e-ameacado-por-central-termoelétrica-guiné). Acesso em: 21/06/2023.

ONU NEWS. **Guiné-Bissau quer transformar setor de energia até 2030.** 2018.

REVISTA O INSTALADOR. **ALER organiza Conferência Internacional Energia Sustentável na Guiné-Bissau.** 2018.



RFI. **Guiné-Bissau sem água e luz.** 31/07/2013. Disponível em:  
<https://www.rfi.fr/br/africa/20130731-guine-bissau-sem-agua-e-luz>. Acesso em 10/07/2023.

SAMBU, Nando. **Análise das percepções socioeconómicas e ambientais da central termoeleétrica de Buba.** (2021). Sintidus. 2021. número 4. 107-117 | 107.

TINIGUENA. **Construir sustentabilidade através da governação de espaços, recursos naturais e culturais num país periférico.** Bissau, 2020. Disponível em:  
<https://revistaperiferias.org/materia/tiniguena-esta-terra-e-nossa/>. Acesso em 30/03/2023.